

A Geografia no Gymnasio Nacional

*Mônica Sampaio Machado**

RESUMO

A República brasileira, proclamada em 1889, recebe do Império uma herança caracterizada pelo fervor ideológico e pela sistemática tentativa de evangelização e redenção do país através das idéias de democracia, federação e educação.

Buscando averiguar o papel da Geografia na Primeira Republica, serão examinados os

programas de ensino de Geografia que vigoraram durante as duas primeiras décadas do período republicano no então “colégio-padrão” do ensino secundário oficial e particular do Brasil, o Gymnasio Nacional.

PALAVRAS-CHAVE

História da Geografia; Geografia brasileira; educação nacional.

Desde o final do Império, a discussão em torno dos assuntos educacionais, no Brasil, vinha se dando de forma vigorosa. Demandava-se a tomada de posição diante das precárias condições do sistema escolar então existente e a formulação de uma política nacional de educação. A República brasileira, proclamada em 1889, recebe do Império uma herança caracterizada pelo fervor ideológico e pela sistemática tentativa de evangelização e redenção do país através das idéias de democracia, federação e educação. Recebe como herança um acervo rico para pensar e repensar uma doutrina e um programa de educação.

Somente o poder das idéias, a confiança total na ciência e a certeza da importância da educação intelectual constituíam caminhos legítimos para melhorar os homens e atualizar o país, superando o atraso cultural e acelerando sua marcha evolutiva. Assim, a construção do Brasil como uma nação moderna e a formação do sentimento brasileiro representavam grandes desafios para o regime republicano.

Buscando averiguar o papel da Geografia neste novo contexto político-nacional, ou seja, nos anos iniciais da República brasileira, serão examinados os programas de ensino de Geografia que vigoraram durante as duas primeiras décadas do período republicano no então “colégio-padrão” do ensino secundário oficial e particular do Brasil, o Gymnasio Nacional.

O GYMNASIO NACIONAL E OS PROGRAMAS DE GEOGRAFIA

Gymnasio Nacional foi a designação dada entre os anos de 1890 e 1911, décadas iniciais da República, à primeira escola secundária do Brasil - o Imperial Collegio de Pedro II¹. Tanto no Império quanto na República tinha a incumbência de formar a elite sócio-política e cultural do país. Seus ex-alunos tornavam-se ministros, senadores, deputados, magistrados, funcionários da alta burocracia, bispos, militares, médicos, escritores, jornalistas e sacerdotes. Seus

professores eram renomados intelectuais participantes de expressivas instituições culturais do período, como o Instituto Histórico e Geográfico (1838) e a Associação Brasileira de Letras (1896)². Na virada do século XIX para o século XX, na passagem da Monarquia para a República, era tão ou mais importante que uma escola superior. Era um lugar de sociabilidade intelectual do Rio de Janeiro onde se construía, se debatiam e se divulgavam os valores nacionais do projeto civilizatório brasileiro.

Criado como padrão da educação oficial no Município da Corte, servindo de modelo para o funcionamento das aulas avulsas, dos liceus e dos estabelecimentos particulares de ensino de todas as províncias, enfim, instituído para ser o “colégio-padrão” do ensino secundário oficial e particular do Brasil Império, o “Pedro II”, através dos seus programas de ensino e dos seus livros didáticos, estabelecia a equalização dos conteúdos programáticos e projetava seus métodos pedagógicos e a formação humanística para todas as partes do país.

Mesmo tendo sido idealizado como o padrão de ensino secundário oficial e particular do Império, um modelo elitista que deveria ser esgotado com a República, o “Pedro II” continuou sendo um referencial do ensino brasileiro nas duas primeiras décadas da República. A bandeira republicana que defendia a educação como instrumento central da construção da sociedade moderna, necessitava manter uma instituição com tradição e experiência neste campo. Era esperado do então Gymnasio Nacional o cumprimento do papel educacional republicano, o de controlar a qualidade e os rumos do ensino secundário e redirecionar o ensino primário brasileiro.

Ao continuar estabelecendo a existência de uma rede oficial de ensino que teria no Distrito Federal seu modelo, a Constituição de 1891 veio, de certa maneira, pelo menos do ponto de vista legal, fortalecer a atribuição do Gymnasio Nacional como “colégio-oficial”. Registrado nessa Constituição estava o sistema de equiparação,

através do qual os colégios públicos ou particulares de todo o país deveriam não só adotar seus currículos e programas, mas também submeter-se a constante fiscalização do poder central. O “colégio-oficial”, controlado pela ação direta do governo central, vinha assegurar a preparação para o ensino superior de todo o Brasil e responder pela formação geral do cidadão brasileiro³. Tal atribuição acabou colocando em evidência os seus conteúdos programáticos no cenário educacional do país, tornando-os suscetíveis às constantes reavaliações e reformas, provocadas cada vez que novas composições dos interesses políticos nacionais surgiam.

Nesse sentido, os conteúdos programáticos do Gymnasio Nacional adquirem significativa importância como fonte de consulta, pois podem ser vistos como indicadores do estágio do pensamento científico no Brasil daquele momento, assim como do perfil do modelo do novo cidadão republicano que o Estado brasileiro procurava formar. Buscando analisar esse veículo de formação do cidadão nacional, com o objetivo de avaliar o alcance da Geografia do Brasil para a Primeira República, serão examinados a seguir os programas de ensino de Geografia que vigoraram durante as duas primeiras décadas do período republicano.

De fato, serão estudados seis programas de Geografia estabelecidos pelas reformas curriculares entre os anos de 1882 e 1912. Optamos por incluir na avaliação o último programa de ensino do período imperial (Programa de 1882) para podermos dispor de um parâmetro comparativo das possíveis mudanças advindas com a República, mudanças estas que deveriam ter sido viabilizadas com a reforma de ensino de 1890. Da mesma forma, também optamos por estender a avaliação dos programas até 1912, quando o Gymnasio Nacional volta à sua denominação de origem, Collegio Pedro II, e perde seu papel de destaque no âmbito do ensino secundário nacional.

Os seis programas de ensino de Geografia do “Pedro II” aqui examinados foram implantados nos seguintes anos: 1882, 1892, 1893, 1895,

1898 e 1912 e tiveram como precedentes reformas curriculares estabelecidas pelo governo central⁴. Como essas reformas buscavam construir o cidadão nacional, era esperado que, pelo menos no plano formal, os novos programas de ensino fixados pela República indicassem uma mudança e/ou uma adequação dos seus conteúdos à nova situação brasileira. Tendo como preocupação central conhecer as novas orientações dadas à época para o ensino de Geografia no Brasil, os seis programas serão agora apresentados e avaliados.

No Programa de Ensino de Geografia para o ano de 1882, para o então Imperial Collegio de Pedro II, a cadeira de Geografia era lecionada em quatro anos: no primeiro, no terceiro, no quarto e no sétimo. No primeiro ano, o conteúdo da cadeira denominada Noções de Geografia incluía noções gerais de astronomia, de geodésia, da geografia dos principais países e capitais do mundo e da Geografia Física e Humana do Brasil e do Município Neutro. Dos dez itens apenas três referiam-se ao Brasil. O livro utilizado era *Pequena Geografia* de Joaquim Maria de Lacerda. No terceiro ano a cadeira denominada “Geografia Física” incluía noções gerais de astronomia, de geodésia e da Geografia Física do mundo (relevo, clima e vegetação, hidrografia, mares, biologia), focalizando a localização das zonas quentes e o papel do clima sobre a distribuição animal e vegetal na superfície terrestre. À América, sobretudo a Meridional, era dada particular atenção. Os livros adotados eram: *Geografia* de P. de Abreu; *Atlas de Delamarche*. No quarto ano, na cadeira denominada “Geografia e Cosmografia”, eram estudadas noções gerais de Geografia Humana (demografia, formas de governo, Estados soberanos, meios soberanos, religião e cultura dos povos), de Geografia Humana das principais cidades do mundo (espaço e posição, população, economia e política) e de cosmografia (noções de astronomia, projeções cartográficas, leis físicas). Os livros utilizados eram: “Geografia e Cosmografia” de P. de Abreu; “Atlas de Delamarche”. No sétimo

ano, a Geografia era tratada na cadeira denominada História e Corografia do Brasil apresentando a Geografia Física (clima, vegetação, hidrografia, relevo, mares, biologia) e humana do Brasil (economia, política, como sistema de governo, administração e instituições do Estado, Constituição do Império e Código Criminal) e das suas províncias. Dos trinta e três itens tratados nesse ano, sete eram dedicados à Geografia Física, cinco à Geografia Humana, vinte às províncias brasileiras e um ao Município Neutro. Os livros adotados eram: “Lições de Corografia do Brasil” de Dr. Joaquim Manoel de Macedo; “Atlas do Império do Brasil” de Candido Mendes de Almeida.

O Programa de Ensino de Geografia para o ano de 1892, para o então Gymnasio Nacional aparece mais detalhado do que o do ano de 1882. A cadeira de Geografia passa a ser lecionada em cinco anos: no primeiro, no segundo, no terceiro, no quarto e no sétimo. No primeiro ano a cadeira passa a ser denominada Geografia Física (especificamente do Brasil) e Astronomia, contendo informações gerais sobre astronomia, geodésia, cartografia e sobre a Geografia Física do mundo e do Brasil. Das suas cinquenta lições, apenas cinco eram dedicadas ao Brasil e uma à América. O conteúdo lecionado sobre o Brasil incluía, além de seus aspectos fisiográficos (relevo, hidrografia, vegetação, clima, biologia), as divisões dos limites políticos e a localização das principais cidades. Os livros utilizados eram: *Elementos de Geografia Moderna* de Pedro de Abreu; *Províncias do Brasil* de Moreira Pinto; *Atlas de Shrader e Anthoine*, ed. Hachette; *Atlas do Brasil* de Lomelino de Carvalho). No segundo ano a cadeira denominava-se Geografia e referia-se, basicamente, à Geografia Humana do mundo e do Brasil (Geografia Política e Econômica, informações demográficas, culturais e territoriais). Na parte dedicada ao Brasil a ênfase é dada ao estudo de seus estados. Das cinquenta lições, duas se referiam às noções gerais de Geografia Humana do mundo e duas do Brasil,

dez eram dedicadas à corografia dos estados brasileiros, vinte nove à Geografia Humana de diferentes países, sete às noções gerais de astronomia e cartografia. Os livros utilizados eram os mesmos do primeiro ano. No terceiro ano a cadeira denominava apenas Geografia e era dedicada às noções gerais de astronomia, de geodésia, de cartografia e da Geografia Física do mundo do Brasil. Seu conteúdo, a forma de organização das lições e os livros utilizados eram os mesmos do primeiro ano. No quarto ano a cadeira denominada Geografia repetia exatamente o segundo ano, que tratava da Geografia Humana do mundo e do Brasil. Finalmente no sétimo ano a cadeira denominada Corografia tratava exclusivamente do Brasil. Constituíam seus conteúdos as lições sobre Geografia Física (relevo, hidrografia, vegetação) e humana (espaço e posição, demografia, cultural, econômica e política: agricultura, comércio, meios de transportes, mineração, Constituição Federal) do Brasil e a corografia dos estados brasileiros. Dos quinze itens, sete eram dedicados à Geografia Física, sete à Geografia Humana e um à corografia dos estados. Os livros adotados *Atlas do Brasil* de L. de Carvalho; *Geografia Física do Brasil* de Wappoeus⁵.

No Programa de Ensino de Geografia para o ano de 1893, a Geografia volta, assim como o ano de 1882, a ser lecionada em quatro anos: no primeiro, no segundo, no quarto e no sétimo. No primeiro ano a cadeira denominada Geografia tem como conteúdo principal informações gerais sobre astronomia, geodésia, cartografia e sobre a Geografia Física do mundo do Brasil. De fato, o conteúdo aqui lecionado e os livros adotados eram os mesmos do primeiro ano de 1892, tendo sido apenas acrescentada uma lição sobre o Brasil, que passava a contar com seis lições sobre um total de quarenta e oito. O mesmo acontecia com o segundo ano. A cadeira era denominada Geografia e tinha como conteúdo básico a Geografia Humana do mundo e do Brasil (Geografia Política e Econômica, informações demográficas, culturais e territoriais). Repetiam-se o conteúdo e os livros de referência do segundo

ano de 1892. O quarto ano reproduz o conteúdo do primeiro ano, que por sua vez era o mesmo do terceiro ano de 1892. Com o nome de Geografia, continua a tratar de informações gerais sobre astronomia, geodésia, cartografia e sobre a Geografia Física do mundo do Brasil. Embora não apareça nenhuma indicação de livros, pressupõe-se que eram os mesmos do primeiro ano. No sétimo ano a cadeira denominada Corografia tratava exclusivamente do Brasil, da mesma forma e com a mesma referência bibliográfica do sétimo ano de 1892.

No Programa de Ensino de Geografia do ano de 1895, a cadeira Geografia continua a ser lecionada em quatro anos: no primeiro, no segundo, no terceiro e no sétimo. No primeiro ano a cadeira denominada Geografia trata da Geografia Física e de exercícios de cartografia. O conteúdo trabalhado incluía noções gerais de Geografia Física, de cartografia, assim como de Geografia Física do mundo e do Brasil. Dos trinta e dois itens, apenas oito abordam, especificamente, o Brasil. É interessante observar que o ensino de cartografia é exemplificado através da localização e situação do Gymnasio Nacional na cidade do Rio de Janeiro. O plano e as plantas da cidade constituem material didático aqui utilizado. É empregada uma nova metodologia de trabalho que, partindo de uma escala geográfica reduzida, a sala de aula, chegando a uma escala geográfica maior, a cidade do Rio de Janeiro, parece indicar certa preocupação em veicular, no ensino, um sentimento de pertencimento ao local e uma formação cívica. Essa metodologia pode ser vista como indicativa de modernização do saber geográfico, já tendo sido apontada como importante e inovadora por José Veríssimo Dias de Matos, em *A Educação Nacional* (1890), obra elaborada partir de uma crítica devastadora ao sistema educativo monárquico que vinha propor explicitamente uma contribuição às mudanças que deveriam surgir com o regime republicano⁶. Os livros adotados eram *Curso de Geografia* de

Lacerda ou *Elementos de Geografia Moderna* de Pedro de Abreu; *Curso de Geografia* de Moreira Pinto; *Atlas do Brasil* de Homem de Mello ou Lomelino de Carvalho; Atlas de Schrader, Azevedo May ou Delamarche. No segundo ano a cadeira denominada Geografia tem como conteúdo básico a Geografia Humana do mundo. Os temas tratados incluíam tanto noções de Geografia Econômica e Política quanto aspectos culturais, políticos, econômicos e territoriais de diferentes continentes e das principais cidades. Dos quarenta e nove itens, apenas um aborda o Brasil. Os livros são os mesmos do primeiro ano, tendo sido acrescentado *Terra Ilustrada* de F.I.C. No terceiro ano a cadeira denominada Geografia do Brasil e Cosmografia trata da Geografia Física (relevo, hidrografia, vegetação, mares, clima) e Humana do Brasil (agricultura, indústria, comércio, meios de transportes, sistemas de governo e administração, demografia), da corografia da Capital Federal e dos estados e de assuntos ligados à cosmografia. Quinze itens são dedicados à Geografia, nove abordam a Geografia Física, cinco, a Geografia Humana e um, o Distrito Federal e os estados brasileiros. Vinte e quatro itens são dedicados à cosmografia (astronomia, geodésia e projeções cartográficas). Os livros utilizados eram: *Corografia do Brasil* de H. Martins; *Geografia Física do Brasil* de Wappoeus; *Corografia do Brasil* de Moreira Pinto; *Atlas do Brasil* de Homem de Mello ou Lomelino de Carvalho; *Carta Física do Brasil* de Homem de Mello; *Elementos de Cartografia* de F.I.C. No sétimo ano a Geografia era tratada na cadeira, que voltava a ser denominada assim como no último programa do período imperial, de História e Corografia do Brasil. O conteúdo de Geografia estava constituído das mesmas lições e das mesmas referências bibliográficas do sétimo ano de 1892 e de 1893.

No Programa de Ensino de Geografia para o ano de 1898, a cadeira de Geografia passa a ser lecionada em seis anos: no primeiro, no segundo,

no terceiro, no quarto, no sexto e no sétimo. No primeiro ano, a cadeira denominada Geografia trata da Geografia Física e de exercícios de cartografia. O conteúdo programático aproximase do desenvolvido no primeiro ano de 1895. Ocorre, contudo, uma redução no número de itens lecionados, diminuindo a parte dedicada ao Brasil e ao mundo. Esse primeiro ano passa a contar com dezesseis itens. Destes, seis continuam voltados à cartografia, utilizando a mesma metodologia e os mesmos itens do primeiro ano de 1895, nove, à Geografia Física do mundo e um à Geografia Física e à cartografia do Brasil e da América do Sul. Os livros adotados são *Geografia Elementar* de Tancredo do Amaral; ou *Curso Methodico de Geografia* de Lacerda; ou *Lições de Geografia Geral* de Sallaberry (livros novos adotados); ou *Curso de Geografia* de Moreira Pinto; *Atlas do Brasil* de Homem de Mello; *Atlas de Delamarche ou Schrader*. No segundo ano de 1898, a cadeira denominada Geografia guarda estreita relação com o segundo ano de 1895; há entretanto uma maior clareza e precisão no conteúdo trabalhado. Trata da Geografia Humana do mundo, utilizando exercícios de cartografia. Os temas vinculam-se à Geografia Política (espaço e posição, população, governo, religião, língua, divisão administrativa, produções, comércio, indústria, vias de comunicação e cidades principais) dos países. Dos quarenta e quatro itens, um apenas aborda o Brasil, dez abordam as Repúblicas da América Latina e 33, outros países. Os livros utilizados são os mesmos do primeiro ano. O terceiro ano a cadeira denominada Geografia do Brasil passa a tratar apenas da Geografia Física e Humana do Brasil, se diferenciando da cadeira lecionada no terceiro ano de 1895, que conjugava assuntos de cosmografia. A parte dedicada ao Brasil continua possuindo as mesmas lições do ano de 1895, tendo sido retirado apenas um item de Geografia Humana. São quatorze itens lecionados; destes, nove são de Geografia Física e cinco de Geografia Humana do Brasil. Da

bibliografia utilizada, três livros que eram utilizados em 1895 permaneceram como referência livros: *Corografia do Brasil* de H. Martins; *Atlas do Brasil* de Homem de Mello ou Lomelino de Carvalho; *Carta Física do Brasil* de Homem de Mello. No quarto ano a cadeira denominada Geografia era dedicada a noções de cosmografia e surge como fruto da separação do conteúdo dado no terceiro ano de 1895 e eram lecionados dezessete itens. A bibliografia utilizada era *Cosmografia* de F.I.C. ou *Elementos de Cosmografia* de Henrique Martins. No sexto ano não aparece detalhado o conteúdo trabalhado na cadeira denominada Geografia apenas a orientação para recapitulação da Geografia da América, especialmente do Brasil. O mesmo ocorre com relação à cadeira denominada Geografia lecionada no sétimo ano, sendo somente indicado, como conteúdo, a recapitulação geral da Geografia, especialmente a do Brasil, e como bibliografia, os livros utilizados no segundo e terceiro anos.

No Programa de Ensino de Geografia para o ano de 1912, para o então Collegio Pedro II, a cadeira de Geografia passa a constar apenas em três séries: na primeira, na segunda e na terceira. Na primeira série a cadeira denominada Geografia trata basicamente da Geografia Física do mundo (relevo, vegetação, hidrografia, mares, clima) e de algumas noções de astronomia. Ao todo são vinte e quatro itens, entretanto somente um aborda o Brasil, a Geografia Física brasileira. Na segunda série a cadeira denominada Geografia discorre especificamente sobre a Geografia Humana do mundo, com itens dedicados, pela primeira vez, às noções históricas e geográficas de países. Dos trinta e oito itens trabalhados nenhum deles é dedicado ao Brasil. Na terceira série é finalmente dada exclusiva atenção à realidade brasileira. A cadeira denominada Geografia apresenta a Geografia Humana e Física do Brasil, contendo também algumas lições de cosmografias. Dos trinta e cinco itens, onze tratam da corografia dos estados brasileiros

(situação, superfície, limites, aspectos físicos, clima, salubridade, orografia, hidrografia, história e governos), nove da Geografia Humana do Brasil (economia e cultura), dois da Geografia Física do Brasil (clima, relevo, vegetação), doze de noções de cosmografia e um de cartografia. Não constam, em nenhuma dessas séries, referências a livros textos utilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS _____

A partir da detalhada apresentação dos programas de Geografia do Gymnasio Nacional, acima exposta, algumas inferências podem ser tecidas com relação à forma e ao conteúdo do ensino de Geografia. Comparando o último programa de ensino do Império, o Programa de 1882, com o primeiro da República, o Programa de 1892, nota-se, neste, um aumento não apenas do número de anos em que a Geografia passa a ser lecionada, mas também das lições dedicadas ao Brasil. Todas as matérias remetem para a Geografia Física e Humana brasileira, sendo mantida uma cadeira dedicada exclusivamente ao Brasil. O conteúdo aparece um pouco menos enciclopédico e mais definido, destacando-se, na parte humana da Geografia, da mesma forma que no Programa de 1882, temas políticos gerais e políticos do Brasil. Interessante observar também que no programa do Império o clima aparece como um elemento explicativo da distribuição animal e vegetal na superfície terrestre, indicando a influência das teorias deterministas, típicas do final do século XIX, situação que não mais se registra nos programas da República aqui analisados. Em ambos os programas a Geografia Física e as lições de cosmografia recebem grande atenção, possivelmente em função da influência do curso de engenharia da Escola Politécnica, da qual saíam grande parte dos professores das escolas secundárias. Os livros adotados não são os mesmos de 1882.

O Programa de 1893 dá continuidade às propostas do Programa de 1892. A única mudança

que cabe ser mencionada é a retirada da cadeira de Geografia do quarto ano, Geografia Humana do mundo e do Brasil, embora o conteúdo dedicado ao Brasil aqui não fosse expressivo.

O Programa de 1895, embora não destoe do de 1893, e portanto do de 1892, apresenta duas situações novas, tonando-se singular no universo analisado. A primeira é a introdução de uma nova metodologia de trabalho no uso da cartografia, possível de potencializar o desenvolvimento da formação política de um cidadão, uma vez que, conforme já apontado, veicula o sentimento de pertencimento à nação. A segunda situação nova no Programa de 1895 refere-se ao retorno dos livros utilizados no último programa do período imperial. Esses passam a ser associados às novas bibliografias, indicando a carência de boas literaturas ou mesmo a qualidade dos compêndios e livros do período imperial, comparados com os do período republicano.

O Programa de 1898, o último programa que irá reger a Geografia do Gymnasio Nacional, reproduz o mesmo conteúdo do Programa de 1895. Conta também com a utilização da metodologia de trabalho de 1895 e com a associação de literaturas novas e antigas. Registra-se o aumento de mais duas cadeiras. Uma delas foi resultado da separação da Geografia do Brasil e da Cosmografia, que passa a tratar exclusivamente da cosmografia, e a outra surge apenas com uma breve indicação para recapitulação da Geografia da América, especialmente do Brasil, não discriminando seu conteúdo programático.

No Programa de 1912, do então Collegio Pedro II, não mais aparece a metodologia de trabalho dos anos de 1895 e 1898, havendo também diminuição dos temas vinculados à cosmografia. É curioso notar que pela primeira vez surgem lições sobre noções histórico-geográficas dos países e do Brasil. Entretanto, observa-se o enxugamento do conteúdo programático, que se apresenta com maior clareza e delimitação, mas que perde a riqueza, no plano

político-cultural, existente nos outros programas examinados. De fato, o ano de 1912 apresenta uma redução do número de cadeiras de Geografia e do conteúdo programático dedicado à Geografia brasileira, especialmente à humana e política, que se fazia presente nos Programas anteriores analisados.

Embora os programas de Geografia do Gymnasio Nacional não apresentem uma ruptura com o modelo anterior de ensino, não demonstrando, por conseguinte, uma mudança verdadeiramente radical e uma nova orientação, houve algumas modificações que foram promovidas pelas novas orientações do regime republicano através das reformas curriculares implementadas. É possível que para a efetivação dessas modificações, a atuação política e intelectual de José Veríssimo Dias de Matos tenha sido importante, uma vez que, no período de 1892 a 1898, esteve na direção dessa instituição de ensino. Fato que pode vir também contribuir para essa inferência é o programa de Geografia de 1912, que, conforme visto, é qualitativa e quantitativamente inferior aos demais analisados reduzindo as possibilidades de efetivação de uma Geografia do Brasil, verdadeiramente nacional.

NOTAS

- * Professora do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Entregue para publicação em maio de 2003. Aceito para publicação em julho de 2003. E-mail: mmachado@microlink.com.br
1. A origem do Imperial Collégio de Pedro II remonta à primeira metade do séc. XVIII, como Abrigo dos Órfãos de São Pedro, obra de caridade da antiga paróquia do mesmo nome de benemerência do Quarto Bispo do Rio de Janeiro, D. Antônio de Guadalupe, que o fundou por Provisão da Câmara Eclesiástica, em 1733. Em 1766 passou a ser designado Seminário de São Joaquim, sendo extinto por Dom João VI, em 1818. Com Dom Pedro I, em 1821, o Seminário é restabelecido, recebendo a nova denominação de Imperial Seminário de São Joaquim. Entretanto acaba

sobrevivendo em precárias condições materiais e institucionais. Na Regência, em 1831, o Imperial Seminário de São Joaquim é reformado e entregue à inspeção da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Bernardo Pereira de Vasconcelos converte o Seminário em Colégio de Instrução Secundária, e em 1837, no décimo quinto ano da Independência e em homenagem ao Imperador Dom Pedro II, é criado o Imperial Collegio de Pedro II, sendo inaugurado em 1838 (ANDRADE, 1999, p.7-10). A partir de então e até a proclamação da República o Collegio teria como mecenas e protetor D. Pedro II. Conforme SCHWARCZ (1999, p.150), de orfanato humilde, o “Pedro II” se transformaria na glória do nosso ensino, uma espécie de símbolo de civilidade, de um lado, e pertencimento de uma elite, de outro.

2. Como parte da elite intelectual dos quadros políticos da Monarquia e da República que passaram pelo Pedro II, podemos citar: Justiniano José da Rocha (professor de História e Geografia e deputado); Antônio Gonçalves Dias (professor de Latim); José Maria da Silva Paranhos (professor de História, senador e ministro do Império); Carlos Laet (professor de Português e diretor do Collegio); Barão de Rio Branco (ex-aluno); Sílvio Romero (professor de Filosofia); João Capistrano de Abreu (professor de História e historiador); Eugenio de Barros Raja Gabaglia (professor de Matemática); Carlos Delgado de Carvalho (professor de Inglês, Geografia e Sociologia); Henrique Toledo Dodsworth Filho (professor de Físico-Química, Diretor do Collegio e Prefeito do Rio de Janeiro); Fernando Antônio Raja Gabaglia (professor de Geografia e Diretor do Collegio) (MARINHO, I. E INNECO, L., 1938). Conforme destaca ANDRADE, 1999, p.55, pertencer à época tanto ao IHGB, à ABL ou ao Gymnasio Nacional, como professor catedrático, significava ter seu trabalho intelectual reconhecido e ter seu lugar na história da cultura brasileira.
3. ANDRADE, 1999, p.53.
4. Os programas de ensino que serão analisados foram encontrados no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (Colégio Pedro II - Centro). Buscando o levantamento desta documentação no Núcleo pudemos encontrar uma publicação contendo a coleção de programas propostos para o ensino público durante 100 anos, entre 1850-1951. Dentre os dezoito programas que compõem esta coletânea, quinze foram elaborados para o “Pedro II”. É deste universo que saíram os seis programas de ensino aqui examinados (Ver: VECHIA, Ariclê e LORENZ, Michael Karl 1998).

As reformas curriculares estabelecidas pelo governo central foram: Reforma Barão Homem de Mello em 1881, que impulsionou a reforma dos programas de ensino de 1882; Reforma Benjamin Constant de 1890, que promoveu as mudanças dos anos de 1892, 1893 e 1895; Reforma Epitácio Pessoa de 1898, responsável pelas modificações de 1898; Reforma Rivadávia Correia, responsável pelas mudanças de 1912 (Ver: VECHIA, Ariclê e LORENZ, Michael Karl 1998 e ROCHA, Genylton O. R. da 1996).

5. O livro *Geografia Física do Brasil*, de Wappoeus, publicado em 1871 e traduzido em parte em 1884, é destacado por Capistrano de Abreu (1904, p.212) e por Alcides Bezerra (1932, p.122) como sendo, indiscutivelmente, o melhor, o mais completo e o mais consciencioso do gênero. Segundo esses autores sua influência foi incontestável mostrando que a Geografia não era o simples estudo de memória e um simples catálogo de nomes.
6. VERÍSSIMO, 1890, p.109-110. José Veríssimo Dias de Matos, importante intelectual da chamada “geração modernista de 1870”, destacava-se no cenário intelectual da época por sua colaboração efetiva no fortalecimento da educação, da literatura, do jornalismo, enfim da cultura e da política brasileiras. (Ver Barbosa 2001 e 1985, Cavazotti, 1999).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Vera Lucia C. de Queiroz. Colégio Pedro II: um lugar de memória. 157 p. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- ABREU, Capistrano de. A Geografia do Brasil. In: Almanaque Brasileiro Garnier, Rio de Janeiro, anno 2, p. 201-212. 1904.
- BARBOSA, Alexandre João. José Veríssimo: História da Literatura Brasileira. In: MOTA, Lourenço Dantas. Introdução ao Brasil: um banquete no trópico 2. São Paulo: editora SENAC, 2001. 429 p. p.279-297.
- _____. A Vertente Pedagógica. In: Veríssimo, José. A educação nacional. 3ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 145 p. p. 5-11.
- BEZERRA, Alcides. A geografia do Brasil no século XIX. In: Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Tomo XXXVI, p.115-43. 2º semestre de 1932.
- CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. José Dias de Matos

- Veríssimo. In: FÁVERO, Maria de Lourdes e BRITO, Jader de Medeiros. Dicionários de educadores no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MEC-Inep, 1999. 496 p. p.291-296.
- ROCHA, Genylton O. R. A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942). 302 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica - São Paulo, 1996.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 623 p.
- VERÍSSIMO DIAS DE MATOS, José. A educação nacional. Pará: Editores Tavares & Cia. Livraria Universal, 1890. 181 p.
- VECHIA, Ariclê e LORENZ, Michael Karl. Programa de ensino da escola secundária brasileira 1850-1951. Curitiba: Ed. do Autor, 1998. 406 p.

ABSTRACT _____

The Brazilian Republic, promulgated in 1889, inherited from the Imperial System an earnest ideal characterized by systematic attempts to evangelize and redeem the country through concepts of democracy, federation and education.

Investigating the role of Geography in the First Republic we will exam the

Geography programs which were taught during the first two decades of the republican period in the so called "pattern-high schools", either public or private, also known as the National Gymnasium.

KEYWORDS _____

*Geography History; brazilian
Geography; national education*